

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 532.715 - SP (2019/0271739-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : BRUNO NOBREGA SARAIVA DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADOS : ROSEMEIRE APARECIDA P SARAIVA OLIVEIRA - SP094444
CESAR ROBERTO SARAIVA DE OLIVEIRA - SP121215
BRUNO NOBREGA SARAIVA DE OLIVEIRA - SP320516
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : THIAGO VINICIUS BRANDAO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THIAGO VINICIUS BRANDAO DA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravão de Execução Penal n. 0004193-86.2019.8.26.0521).

De acordo com o contido nos autos, ao paciente foi negado o pleito de progressão ao regime semiaberto por ausência de preenchimento do requisito subjetivo.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução penal; contudo, a 14ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento ao recurso nos termos do acórdão de e-STJ fls. 12/18 (sem ementa).

Na presente impetração, os impetrantes alegam ausência de fundamentação concreta para negar a progressão do paciente ao regime semiaberto e insistem que ele preenche todos os requisitos exigidos para tanto.

Frisam que o paciente "*não possui qualquer falta disciplinar, cumpriu muito mais do que o necessário para progressão de regime, não pertence a qualquer facção criminosa, sempre exerceu atividade laborativa no interior das penitenciárias em que ficou preso, sendo inclusive beneficiado com remições de pena*" (e-STJ fl. 7).

Por isso, requerem, inclusive liminarmente, a progressão do paciente ao regime semiaberto (e-STJ fls. 3/11).

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 66/68).

Foram prestadas as informações (e-STJ fls. 72/134 e 135/143).

Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal, ao se manifestar, opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ fls. 147/153).

É, em síntese, o relatório.

A questão posta a deslinde refere-se ao requisito subjetivo para a progressão ao regime semiaberto.

Nos termos do que dispõe o art. 122 da Lei de Execução Penal, o apenado deverá cumprir os requisitos de natureza objetiva (lapso temporal) e subjetiva (atestado de bom comportamento carcerário) para a concessão do benefício da progressão de regime prisional.

Todavia, esta Corte Superior pacificou o entendimento segundo o qual, ainda que haja atestado de boa conduta carcerária, a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo das execuções, com base nas peculiaridades do caso concreto e levando em consideração fatos ocorridos durante a execução penal, justifica o indeferimento do pleito de progressão de regime prisional pelo inadimplemento do requisito subjetivo.

Nesse sentido, confirmam-se:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. INDEFERIMENTO. DECISÃO FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA REQUISITO SUBJETIVO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

- A decisão do Juiz das Execuções, mantida pelo Tribunal a quo, indeferiu de forma fundamentada, o pedido de progressão de regime, com base no exame criminológico desfavorável, que entendeu não estar preenchido o requisito subjetivo para obtenção do benefício, não cabendo nenhum reparo na decisão de primeiro grau.

- É firme o posicionamento desta Corte Superior no sentido de ser inviável, em sede de habeas corpus, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo, uma vez que tal providência implica no reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita.

Superior Tribunal de Justiça

Habeas corpus não conhecido (HC 300.016/SP, relator Ministro ERICSON MARANHO, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 06/05/2015, grifei).

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME CRIMINOLÓGICO. PARECER DESFAVORÁVEL. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

III - Para a concessão do benefício da progressão de regime, deve o acusado preencher os requisitos de natureza objetiva (lapso temporal) e subjetiva, nos termos do art. 112 da Lei de Execuções Penais.

IV - Na hipótese, muito embora a r. decisão de primeira instância tenha deferido o benefício da progressão de regime ao paciente, foi tal decisão reformada em sede de agravo em execução, levando-se em consideração o parecer desfavorável em exame criminológico realizado, que demonstrou a ausência de evolução no processo de ressocialização. Ausente, pois, o necessário requisito subjetivo para a progressão de regime. (Precedentes).

Habeas Corpus não conhecido (HC 310.663/SP, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 07/04/2015, grifei).

No caso dos autos, o Juízo da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal da Comarca de Sorocaba - DEECRIM 10ª RAJ indeferiu o pedido de progressão para o regime semiaberto, consignando, para tanto, que (e-STJ fl. 115):

O pedido é improcedente.

Inicialmente anote-se que o executado foi recentemente submetido a exame criminológico, de maneira que, ante o transcurso de exíguo lapso temporal, não é crível que tenha havido mudança suficiente na personalidade do reeducando, razão pela qual valho-me do mesmo expediente instrutório para deliberação acerca de novo pedido de benesse.

Assim, **conquanto o sentenciado tenha resgatado o lapso necessário à benesse requerida, não possui o requisito subjetivo necessário à progressão, eis que os laudos social e psicológico do exame criminológico atestaram que o**

Superior Tribunal de Justiça

reeducando não apresenta crítica adequada e satisfatória sobre os crimes cometidos, nem expressa arrependimento, de forma que a progressão mostra-se precoce (fls. 186), privilegiando-se, assim, na dúvida sobre o mérito do benefício, interpretação mais favorável à sociedade (grifei).

O Tribunal de origem, ao negar provimento ao recurso da defesa, manteve a decisão de primeiro grau à base da seguinte fundamentação (e-STJ fls. 138/141):

O sentenciado cumpre pena total de 12 (doze) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão, pela prática de posse de arma de uso restrito e roubo majorado, com término previsto para 16 de junho de 2028 (fls. 25/28).

Para a concessão da progressão de regime é imprescindível o preenchimento dos requisitos objetivo (cumprimento da pena, no regime anterior, pelo tempo mínimo de 1/6 e, caso hediondo o crime, 2/5, se primário, e 3/5, se reincidente) e subjetivo (ostentar bom comportamento carcerário, podendo ser fundamentada a realização de exame criminológico).

O indeferimento da benesse está calcado na falta de requisito subjetivo.

Incensurável a decisão monocrática, pois devidamente fundamentada nas observações constantes do exame criminológico.

Em que pese o relatório social favorável, **observou-se no relatório psicológico, conforme bem anotado pelo d. Magistrado a quo, que: 'Considero carente de elaboração de conduta, mínimo necessário à proposta de mudanças, sugerindo maior período para observação'** (fls. 43).

Ademais, **não se pode desconsiderar que o sentenciado cumpre pena por crimes graves, cometidos mediante violência ou grave ameaça a pessoa (roubo majorado – fls. 27).**

De todo modo, mesmo que se considerasse a conclusão integralmente favorável da Comissão Técnica, não há necessária vinculação do magistrado ao laudo técnico (artigo 182 do Código de Processo Penal), o qual poderá ser valorado pelo juiz a partir dos **demais elementos que instruem os autos de execução penal**, como ocorre no caso, que **enseja a conclusão pelo despreparo do sentenciado, pelo menos por ora, para ingressar em regime mais brando.**

[...]

Incensurável, portanto, a decisão monocrática, que se encontra devidamente fundamentada. Observado, assim, o disposto no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal.

A integração social do condenado deve ocorrer de forma gradual, a fim de permitir ao reeducando sua reinserção de acordo com

Superior Tribunal de Justiça

merecimento e condições de adaptação à etapa mais branda, possibilitando integral absorção da terapêutica penal.

A situação peculiar exige maior prudência no controle relativo às benesses executivas, mostrando-se, portanto, correta a r. decisão agravada (grifei).

Nessas circunstâncias, verifica-se que as instâncias ordinárias lograram fundamentar o indeferimento da progressão de regime em razão da ausência do requisito subjetivo do paciente, invocando elemento concreto, qual seja, o fato de que *"os laudos social e psicológico do exame criminológico atestaram que o reeducando não apresenta crítica adequada e satisfatória sobre os crimes cometidos, nem expressa arrependimento, de forma que a progressão mostra-se precoce"* (e-STJ fl. 115, grifei), o que permite concluir que, neste momento, o paciente ainda não está apto a progredir para o regime semiaberto.

Ademais, é firme o posicionamento desta Corte Superior de ser inviável, em *habeas corpus*, desconstituir a conclusão a que chegou o Tribunal *a quo* sobre o não preenchimento do requisito subjetivo, uma vez que tal providência implica o reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita.

A propósito:

HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. INDEFERIMENTO DE PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL PELO JUIZ DAS EXECUÇÕES. AUSÊNCIA REQUISITO SUBJETIVO. DECISÃO FUNDAMENTADA. ACÓRDÃO DA CORTE ESTADUAL QUE DETERMINA A REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

- Não há como conhecer de habeas corpus impetrado em substituição a recurso próprio (HC n. 109956, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe 11/9/2012). Verifica-se o pedido deduzido na impetração apenas no tocante à existência de flagrante ilegalidade que justifique a concessão da ordem de ofício.

- A decisão do Juiz das Execuções, parcialmente mantida pelo Tribunal *a quo*, indeferiu de forma fundamentada o pedido de

progressão de regime, por entender que não estava preenchido o requisito subjetivo para obtenção do benefício, tendo sido destacado, além da gravidade extremada com que o crime de latrocínio foi praticado pelo apenado - contra duas vítimas fatais, que foram ameaçadas, forçadas a ingerir veneno, esfaqueadas e, por fim, tiveram seus corpos queimados -, seu desfavorável histórico prisional que registra a prática de falta grave, consistente na posse de aparelho de telefone celular dentro do presídio. Todavia, a Corte Estadual entendeu ser prudente a realização de exame criminológico para confirmar a situação atual do apenado. Dessa forma, a exigência de elaboração da referida perícia para verificar a aptidão do paciente ao regime mais brando mostra-se adequada ao caso concreto, não cabendo nenhum reparo ao acórdão atacado.

- É firme o posicionamento desta Corte Superior no sentido de ser inviável, em sede de habeas corpus, deconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo, uma vez que tal providência implica no reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita.

Habeas corpus não conhecido (HC 300.090/SP, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO – Desembargador Convocado do TJSP, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe 28/08/2015, grifei).

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO CONCEDIDA EM 1º GRAU. CASSAÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO. PACIENTE QUE RESPONDE A SINDICÂNCIA PELA PRÁTICA DE FALTA GRAVE. EXAME CRIMINOLÓGICO. RESULTADO CONSIDERADO DESFAVORÁVEL PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. ILEGALIDADE FLAGRANTE. INEXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

2. Legítima é a cassação da progressão de regime, a fim de que seja realizado exame criminológico, com base em fundamentos concretos, no caso pelo não preenchimento do requisito subjetivo em virtude, essencialmente, do fato de que o paciente responde a sindicância pela prática de falta grave e, ainda, em virtude do resultado do exame criminológico, tido como não inteiramente favorável ao paciente pelas instâncias ordinárias.

Superior Tribunal de Justiça

3. A estreita via do habeas corpus não se presta a contrariar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca do preenchimento ou não do requisito subjetivo, dada a necessidade de incursão na seara fático-probatória, insuscetível nesta sede. Precedentes.

4. Habeas corpus não conhecido (HC 304.130/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/10/2014, DJe 03/11/2014, grifei).

Ante do exposto, **denego a ordem.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

